

## A COLONIALIDADE DO PODER E A DEPENDÊNCIA DO ESTADO LATINO-AMERICANO: ELEMENTOS PARA REFLETIR A CONDIÇÃO PERIFÉRICA REGIONAL<sup>1</sup>

### THE COLONIALITY OF THE POWER AND THE DEPENDENCY OF LATIN AMERICAN STATE: ELEMENTS TO REFLECT ABOUT THE REGIONAL PERIPHERAL CONDITION

Emanuela Gava Caciatori<sup>2</sup>  
Lucas Machado Fagundes<sup>3</sup>

**Resumo:** Pensar o Estado latino-americano exige a historicização de conceitos e fenômenos que ocorreram a partir da modernidade, isto é, recuperar os acontecimentos sócio-históricos, de maneira reflexiva e crítica. Esse olhar permite dimensionar a influência da colonialidade do poder. Assim, não se pode desconsiderar os processos de colonização, a sua continuidade como colonialidade e a influência direta na forma com que as instituições e as sociedades regionais se estruturaram, igualmente a inserção tardia e a forma dependente no capitalismo mundial. Logo, no marco das categorias da colonialidade do poder e da dependência, é possível objetivar uma compreensão da construção e estrutura do Estado em *Nuestra América*, especialmente se pensar a condição periférica da economia continental agravada por um cenário de crise institucional do Estado moderno. Frente a esta problemática, é possível refletir sobre os fenômenos como a globalização e o neoliberalismo, que têm acelerado o processo de aparição das contradições inerentes ao sistema de capital e institucional vigente. Ante o paradigma atual, propõe-se uma reflexão sobre o estado da arte do poder político institucional regional. O estudo foi desenvolvido partindo da técnica bibliográfica, com levantamento de base teórica: restringe-se, portanto, a percorrer o panorama atual sobre a temática, levantando, revisitando e examinando as principais categorias para melhor compreensão do tema.

**Palavras-chave:** Teoria do Estado; Colonialidade do poder; Teoria da dependência; América Latina.

**Abstract:** To think of the Latin American state requires the historicization of concepts and phenomena that have occurred from modernity, that is, to recover socio-historical events, in a reflexive and critical way. This view allows us to measure the influence of the coloniality of

---

<sup>1</sup> Artigo submetido em 11/12/2018 e aceito para publicação em 11/02/2019.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UNESC/CNPq e pesquisadora do Grupo Pensamento Jurídico Crítico Latino-americano, na linha de Constitucionalismo Crítico - UNESC. ORCID ID: 0000-0003-4572-171X.

<sup>3</sup> Pós-doutorando em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pesquisador GT-Clacso: Pensamiento jurídico crítico. Pesquisador do Grupo Pensamento Jurídico Crítico Latino-americano, coordenando a linha: Constitucionalismo Crítico - Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Professor do Mestrado em Direito UNESC. Professor visitante no Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Autónoma de San Luis de Potosí, México. Codiretor do projeto de pesquisa “Nuevo constitucionalismo latinoamericano. Perspectivas del giro Decolonial y la filosofía de la liberación”, Facultad de Derecho, Universidad Nacional de Rosario - Argentina e Professor participante e pesquisador da “Cátedra de Pensamiento constitucional latinoamericano” da Facultad de Derecho, Universidad Nacional de Rosario. ORCID ID: 000-0003-0017-8100.

power. Thus, the processes of colonization and its continuity as coloniality and direct influence on the way in which regional institutions and societies have structured themselves, as well as the late insertion and the dependent form in world capitalism, can not be disregarded. Thus, within the categories of coloniality of power and dependence, it is possible to objectify an understanding of the construction and structure of the State in Our America, especially if one considers the peripheral condition of the continental economy aggravated by a scenario of institutional crisis of the modern State. Faced with this problem, it is possible to reflect on the phenomena such as globalization and neoliberalism have accelerated the process of appearance of the contradictions inherent to the capital and institutional system in force. Given the current paradigm, it is proposed a reflection on the state of the art of regional institutional political power. The study was developed based on the bibliographical technique, with a theoretical basis: it is therefore restricted to explore the current panorama on the theme, raising, revisiting and examining the main categories for a better understanding of the theme.

**Key words:** Theory of State; Coloniality of power, Dependency Theory, Latin America.

## Introdução

O presente estudo busca evidenciar uma abertura relacional entre duas categorias de extrema relevância para o pensamento crítico regional, uma é a colonialidade do poder e a outra a teoria da dependência. Ambas possuem uma relevância sócio-histórica para a teoria do Estado latino-americano, o que significa dizer que a compreensão das dinâmicas nas sociedades regionais e as mudanças na estrutura social são diretamente influenciadas pelos elementos formulados e disseminados tanto pela lógica da continuidade histórica da colonialidade, como pelas formas de reprodução da dependência econômica.

Assim, a ideia central do estudo é que a colonialidade do poder ocupa o espaço reflexivo da composição política e institucional das relações e influências na construção da ordem institucional (ANSALDI; GIORDANO, 2005), em que mesmo com a independência formal dos países na região, as suas entranhas institucionais seguiram reproduzindo um elitismo político e os vícios hierárquicos das relações sociais.

Soma-se a isto, a questão da economia política, em que ganhará destaque a continuidade das relações econômicas na geopolítica das metrópoles coloniais, ou seja, após o período da independência o nexos colonial (ANSALDI; GIORDANO, 2005) seguiu reproduzindo na realidade regional suas mazelas, mesmo com a mudança das relações econômicas externas. Logo, a lógica da economia política, obriga a reflexão da questão da dependência econômica no continente em conexão com as potências estrangeiras, e dentro desta interação a questão da organização interna da economia sob o viés da dualidade “entreguismo e afirmação nacionalista” da economia regional.

De imediato, a categoria da dependência econômica latino-americana, traduz uma situação perversa no sistema econômico regional, em que o lugar do Estado latino-americano na economia mundial é definido na sua relação externa com as potências hegemônicas no cenário da economia política, em que Wallerstein (2005) classifica como sistema-mundo.

Portanto, o objetivo do estudo é identificar os canais de conexão da colonialidade do poder e da teoria da dependência econômica regional na intenção de fazer uma reflexão crítica ao Estado latino-americano no seu desenvolvimento sócio-histórico, como forma de compreender a estrutura ambígua da formação política no contexto da complexidade das sociedades regionais.

### **1. O Estado latino-americano em debate**

Estudar o Estado latino-americano não é tarefa simples, seja pela especificidade que sua posição geopolítica implica na análise, seja pelas complexas categorias analíticas a serem utilizadas no intento de compreender como se desenvolveram os acontecimentos históricos nesta região. Neste breve ensaio, a análise fica limitada sobre duas categorias significativas: a da colonialidade do poder e a dependência do Estado latino-americano.

Nesse sentido, parte-se da premissa de que estudar o Estado não se trata somente de investigar o seu âmbito institucional, vez que as implicações de determinado modelo estatal e as suas respectivas instituições e ações se desdobram e geram consequências no âmbito sócio-político, produzindo efeitos a nível coletivo e individual.

Necessário, pois, pontuar que explorar uma teoria do Estado, aplicável ao cenário latino-americano, perpassa necessariamente pela consideração das especificidades da região, constituídas, entre outras razões, devido ao histórico colonial e a sua posição no cenário mundial, enquanto periferia do capitalismo. Logo, impõe-se uma mirada crítica às teorias dominantes vigentes, já que estas frequentemente limitam-se a “[...] transplantar modelos europeus ou norte-americanos, sem se dar conta da específica realidade de nossas sociedades periféricas” (BERCOVICI, 2004, p. 263).

Frente a isso, não se trata, evidentemente, de simplesmente descartar as contribuições dos teóricos europeus ou norte-americanos, mas de compreender que tais produções não possuem uma implicação absoluta e universal, e que um estudo comprometido com a realidade fática das sociedades latino-americanas demanda o desenvolvimento de categorias próprias para a análise. Não é acertado, ademais, esperar que seja possível solucionar problemas próprios

de um contexto específico apenas por meio de categorias pensadas desde e para outro cenário e momento histórico, o que não significa, naturalmente, ignorar tais contribuições. O que se enseja, portanto, é o desenvolvimento de uma teoria do Estado que dê conta de abarcar as complexidades e contradições latino-americanas, subsumindo as categorias já produzidas em outros espaços.

Em termos históricos, o filósofo Enrique Dussel (2007) sustenta que a história da América Latina divide-se em três períodos políticos, sendo eles: 1) o período da conquista, que se constitui enquanto um antidiscurso moderno, vez que a diferença colonial advinda deste momento determinará toda a vida política do continente, diferenciando-o da modernidade europeia; 2) os processos de independência do século XIX, que conformam a Primeira Emancipação e culminam na libertação da dominação colonial em sem sentido formal. Os novos Estados latino-americanos não são homogêneos, possuindo uma complexidade social que dificulta a organização da vida política (VILLORO, 1998); e 3) a época pós-colonial compreendida entre os séculos XIX a XXI, enquanto a Segunda Emancipação, no cenário da Revolução Cubana e do EZLN no México. E. Dussel argumenta que foi neste período pós-colonial que se maturou a consciência política coletiva e que a exploração chega a níveis intoleráveis onde não há outra alternativa que não seja rebelar-se (DUSSEL, p. 2007, 401-402).

Assim, importa fazer essa retomada histórica a fim de localizar o ponto de partida da problemática latino-americana, de modo que seja possível, futuramente, delinear alternativas concretas a essa realidade. Trata-se, portanto, de uma mirada desde o passado para possibilitar a compreensão do presente e projeção do futuro. Ainda em um sentido de análise histórica, Enrique Dussel explicita que:

América Latina quedó al margen de la historia en el mismo momento en que igualmente China, Indostán y el Imperio otomano son excluidos de la civilización moderna. Todas las culturas no-europeas son superadas en ese momento por la Revolución industrial, por el capitalismo que acumula crecientemente plusvalor relativo, y que se desarrolla por causas estructurales y también meramente fortuitas, que inclinan la balanza, como siempre en la historia, hacia algunas regiones, en este caso Gran Bretaña y Francia al comienzo. (DUSSEL, 2007, p. 402-403)

Na classificação do mundo entre centro e periferia, indubitavelmente *Nuestra América* integra o conceito de periferia. A construção da América Latina à margem da história oficial - escrita e difundida pelo centro mundial - nos traz consequências que vigoram até a atualidade.

A América Latina se constituiu na forma de “[...] sociedades economicamente dependentes y políticamente organizadas bajo formas oligárquicas” (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 16), conceituação que auxilia na tarefa de compreender as limitações estruturais existentes que freiam os intentos de mudança social empreendidos na região. Os Estados latino-americanos nunca foram capazes de alcançar uma independência fática, o que condicionou, mesmo após o fim do colonialismo, à reprodução de práticas exploratórias e que perpetuam a desigualdade social, práticas estas que são pouco lucrativas para a sociedade latino-americana, mas que perduram pois são guiadas por interesses externos e, no plano interno, por interesses privados das pequenas elites nacionais. Utilizando-se a terminologia de Gilberto Bercovici, nos Estados periféricos a soberania é bloqueada, “[...] tanto por fatores externos como pelo poder privado e pelo poder econômico internos” (BERCOVICI, 2004, p. 271-272).

Dessa maneira, sustenta-se a ideia de que a soberania é bloqueada pela colonialidade do poder, que obstaculiza o desenvolvimento autônomo da região, em seu sentido político, cultural e social, bem como, também bloqueada por uma inserção marginal na geopolítica econômica do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2005), em que a condição da colonialidade se expande para além das matrizes institucionais e culturais, formando uma tríade colonial: cultura, instituições e economia. Sendo esta última, uma introdução perversa de condições degradantes e precárias nas relações de trabalho, desde uma fundacional estrutura escravocrata até as atuais condições dos sub-empregos urbanos e criminalização dos protestos advindos destes setores.

Cumprir agregar, de plano, que a categoria raça é fundamental para a compreensão da colonialidade, sendo que uma não existe sem a outra. Aníbal Quijano (2005, p. 117) pontua que a raça é uma categoria própria da modernidade, isto é, que não existia antes da conquista e dominação da América e que desde então passou a ser utilizada enquanto um instrumento para classificar socialmente a população, legitimar práticas exploratórias e naturalizar as relações coloniais de dominação. Juntamente com gênero e trabalho, a raça constitui os três padrões de poder elencados por Quijano (2005, p. 118). Ademais, a partir da categoria de raça, desenvolve-se a divisão racial do trabalho, “critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder na nova sociedade” (QUIJANO, 2005, p. 118); a raça e a divisão do trabalho se articulam de maneira estrutural, desde a escravidão dos negros e da servidão indígena, até as hodiernas precárias condições de trabalho do mundo globalizado.

Tal cenário implica uma globocolonialidade, em que a hegemonia global do poder político passa a ser exercida de forma totalitária não por Estados-nações, mas por conglomerados econômicos que impõe um regime de dominação aos moldes coloniais, só que dessa vez sem a participação das elites locais ou regionais no processo de tomada de decisões, e sim como extensões mundiais das decisões por organismos com alta concentração de poder político-econômico. A globocolonialidade manifesta-se na ascensão e hegemonia global do neoliberalismo, esse mecanismo de proliferação dos seus desmandos ainda necessita dos Estados como órgão político de disseminação jurídico-política das suas ordens e também como braço armado para impor tais condições aos sujeitos desviantes.

Considerando estes elementos, cumpre recordar que os Estados latino-americanos foram construídos sob a forma do moderno Estado-nação. A formação dos Estados-nação implica “[...] as instituições modernas de cidadania e democracia política” (QUIJANO, 2005, p. 130), o que se vislumbrou de fato no cenário da modernidade europeia. A consolidação de reais Estados-nação demanda a existência de relações sociais minimamente democráticas, que possibilitem o exercício da cidadania, e que exista uma identidade em comum na nação. Assim, tendo em conta que todo Estado-nação é uma estrutura organizada de poder (QUIJANO, 2005, p. 130), tanto o fator da necessidade de relações democráticas e da existência de identidade comum, tangenciam-se ao campo da distribuição do controle de poder.

Neste sentido, sustenta Aníbal Quijano que:

Um importante processo de democratização da sociedade é a condição básica para a nacionalização dessa sociedade e de sua organização política num Estado-nação moderno. Não há, na verdade, exceção conhecida a essa trajetória histórica do processo que conduz à formação do Estado-nação. (QUIJANO, 2005, p. 131)

Entretanto, tais elementos não são verificáveis na construção dos Estados-nação na América Latina, o que leva à tese da impossibilidade dos modernos Estados-nação na região, em especial nos países com maioria populacional negra, indígena, negra ou mestiça (QUIJANO, 2005, p. 133), como é o caso da Bolívia, Brasil e México por exemplo.

No contexto da formação dos novos Estados latino-americanos, mesmo após os processos formais de independência das Coroas europeias, contrariamente a ocorrência de processos de democratização das relações sociais, perduraram as práticas coloniais da escravidão e servidão, dando continuidade à dominação e exploração da maior parte da

sociedade. A minoria branca que assumiu o controle das instituições do Estado negou aos negros, mestiços e indígenas qualquer possibilidade de participação das esferas decisórias de poder. Assim, não somente não havia representação da maior parte da população, como os interesses dessa minoria que ocupava o poder eram diametralmente opostos aos dos índios, negros e mestiços, já que era justamente da dominação do setor majoritário da sociedade que adivinha o poderio que gozavam. Não houve, portanto, a democratização das relações sociais, nem tampouco havia uma identidade comum entre os membros da sociedade, que possuíam interesses antagônicos.

Logo, o nexu colonial<sup>4</sup> foi mantido, o que levou a cenário bastante peculiar: os Estados eram formalmente independentes e as sociedades coloniais (QUIJANO, 2005, p. 134). Tal situação ensejou a continuidade das relações coloniais, que embora sob diferente configuração vigoram até os dias atuais sob a forma da globocolonialidade, e trazem consequências concretas no que diz respeito às relações de poder que são constituídas no âmbito dos Estados na América Latina.

O processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. [...] A estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. (QUIJANO, 2005, p 135)

De toda sorte, a lógica empregada na construção dos Estados-nação segue vigente, com a perpetuação da massiva exclusão dos setores majoritários dos espaços de poder, em detrimento de uma pequena elite privilegiada que os ocupa e formalmente representa os interesses gerais da sociedade. Os grupos dominantes seguem exercendo a política estatal baseando-se em interesses distintos dos da maioria da população e de maneira submissa ao

---

<sup>4</sup> “[...] la ruptura del nexu colonial abrió tres procesos: la formación del Estado nacional, la creación de la nación y la construcción del mercado interno. [...] Con ese punto de partida definimos cinco procesos particulares que permiten entender el más amplio cambio social que es objeto de estudio en este libro: la construcción del orden. Los cinco procesos son: 1) la disolución del orden colonial; 2) la constitución y crisis del orden oligárquico; 3) la débil construcción del orden en las sociedades de masas; 4) los intentos de (re)construcción del orden a partir del terrorismo de Estado y formas menos exasperadas de prácticas de exclusión, y 5) la actual (re)construcción del orden en sociedade fragmentadas.” (GIORDANO; ANSALDI, 2012, p. 58).

capital internacional (WOLKMER, 2006, p. 86). Em outras palavras, exercem uma dominação no contexto interno e são dominados no contexto internacional<sup>5</sup>, o que obstrui as reais possibilidades de um desenvolvimento nacional ou em nível da América Latina, regional.

Tal diagnóstico aponta para a atualidade da temática e a urgente necessidade de se (re) pensar estratégias para romper com as relações coloniais. Isso, contudo, perpassa por uma compreensão aprofundada de como se conservam a colonialidade do poder e o status de dependência do Estado latino-americano.

## **2. A colonialidade do poder e a dependência colonial regional**

A categoria da colonialidade tem sido de extrema importância nos estudos sobre as problemáticas que envolvem a América Latina. Repensar o Estado, as relações sócio-políticas, as culturas e as intersubjetividades constituídas no recorte geopolítico latino-americano passam necessariamente pela investigação do fenômeno da colonialidade, com o escopo de intentar abarcar ao máximo a complexidade inerente à temática. Entende-se a colonialidade como um padrão de poder mundial que começou a ser construído a partir do marco temporal da conquista da América e que articula atualmente o mundo todo (QUIJANO, 2005, p. 117), seja na figura de vítima ou como executor desta dominação.

Importa delinear que este estudo se embasará especificamente na categoria da colonialidade do poder, não obstante entenda-se que a colonialidade atua sempre de forma conjunta, em seus três âmbitos: a colonialidade do ser, do saber e do poder (QUIJANO, 1992), imperando cada esfera de maneira mais visível, a depender da situação a ser analisada, no âmbito social/cultural, epistemológico e político/econômico, respectivamente.

Assim sendo, cabe definir brevemente as três esferas da colonialidade: a colonialidade do Ser se expressa na construção do “Ser europeu” enquanto um referencial universal e padrão a ser alcançado. A constituição de uma visão dual, própria da modernidade, separa o mundo em categorias binárias pretensamente universais (europeu e não-europeu, racional e selvagem, primitivo e civilizado) que preceituam que tudo quanto destoa do padrão eurocêntrico encontra-se em uma categoria única de oposição à mentalidade moderna. Desta forma, introjetou-se o “ser europeu” no latino-americano – e nas demais latitudes que não a Europa –, criando para

---

<sup>5</sup> A continuidade desse processo nomeia-se desde as contribuições de Aníbal Quijano e Ignacio Ramonet, como Globocolonialidade.

este a distorção da própria intersubjetividade, podando potencialidades e culturas emergentes e exercendo-se um inegável papel de controle social e cultural (QUIJANO, 1992, p. 12).

Por sua vez, a colonialidade do saber se explicita na medida em que “[...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3), isto é, ao ser eleita a racionalidade moderna eurocêntrica como matriz unívoca de produção de conhecimento válido, ocorre uma colonização do imaginário popular dos dominados e as suas formas próprias de produção de conhecimento são encobertas.

A colonialidade do poder, por fim, pode ser definida como a esfera da colonialidade que se expressa na construção das relações de poder, que historicamente outorgou e segue outorgando legitimidade às formas de dominação e exploração do centro do mundo para com a periferia, naturalizando relações que dizem respeito à história e à construção do poder mundial como inatas e biológicas, devido à suposta inferioridade/superioridade de uma *raça* (QUIJANO, 2005, p. 122).

Não obstante, o colonialismo, enquanto dominação direta e formal de uma região (metrópole) sobre outra (colônia), teve fim com os processos independentistas que ocorreram, na América Latina, durante o século XIX. Contudo, a independência formal não foi capaz de romper o nexos colonial existente no sistema-mundo e o fenômeno pelo qual se explica a persistência das relações de dominação/exploração entre os centros do poder mundial e sua periferia se alcunha colonialidade.

Nesse sentido, explica Aníbal Quijano:

La colonialidad, en consecuencia, es atin el modo más general de dominación en el Mundo actual, una vez que el colonialismo como orden político explícito fue destruido. Ella no agota, obviamente, las condiciones, ni las formas de explotación y de dominación existentes entre las gentes. Pero no ha cesado de ser, desde hace 500 años, su marco principal. Las relaciones coloniales de períodos anteriores, probablemente no produjeron las mismas secuelas y sobre todo no fueron la piedra angular de ningún poder global. (QUIJANO, 1992, p. 14)

Ressalta-se que, em que pese o colonialismo, existindo enquanto sistema explícito, formal e direto de dominação tenha deixado de existir, os territórios da América Latina e do Caribe, especialmente, ainda vivenciam e são palco de visíveis desdobramentos da colonialidade e também de vestígios do colonialismo, uma vez que persiste, nessa latitude, a

existência de territórios que não gozam de soberania e seguem subordinados formalmente a governos do Norte Global<sup>6</sup>.

Cumpra-se agregar que, em termos de história conhecida, não há notícia de outra articulação de poder mundial, que tenha sido tão vasto e com a mesma abrangência sistemática como o que foi constituído a partir da dominação do continente americano (QUIJANO, 2005, p. 123). O processo de conquista e colonização da América alicerçou-se em dois processos históricos que culminaram na formação deste novo padrão de poder: a ideia de raça e a articulação do trabalho em torno do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p. 117). A ideia de raça passou a vigor com a história da invasão do território conformado como América, enquanto uma categoria própria da modernidade, sendo que serviu - e serve até hoje - como instrumento de classificação social.

Construíram-se, então, identidades *novas* e reducionistas, como indígenas, negros, europeus/brancos e mestiços, que serviram como instrumento de legitimação da dominação ocorrida no processo da conquista do continente. Assim, “[...] na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais” (QUIJANO, 2005, p. 117). Em síntese, a ideia construída de raça pautava a inferioridade/superioridade biológica e natural de uma raça em relação à outra, o que outorgou legitimação a toda sorte de relações exploratórias ocorridas e posteriormente serviu para naturalizar as relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.

No que concerne à articulação do controle do trabalho, de seus recursos e produtos em torno do mercado mundial, tal dado também se apresenta como um fenômeno novo, igualmente inaugurado pela América.

No processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado

---

<sup>6</sup> A persistência de resquícios do colonialismo se visualiza de maneira mais clara com o vislumbamento da situação da organização política de Porto Rico (cita-se apenas para exemplificar, pois a condição se replica também em outros territórios caribenhos) que possui o status de território não-incorporado dos Estados Unidos da América. Isto é, trata-se de um território que está subordinado ao governo norte-americano, embora tenha o nome oficial de Estado Livre Associado de Porto Rico, adota o dólar estadunidense como moeda oficial e possui como presidente o dos Estados Unidos – ainda que os cidadãos porto-riquenhos não tenham o direito de participar do pleito eleitoral - o que demonstra de maneira evidente a vigência da perpetuação da lógica colonial na região. De igual modo, pode-se citar a Guiana Francesa, que se subordina ao governo francês e adota o euro como moeda oficial.

mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reprodução e o salário. Em tal contexto, cada uma dessas formas de controle de trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórico e sociologicamente novas [...] porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadoria para o mercado mundial. [...] Estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e seu produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118)

Indissociável é a relação que se estabelece entre a exploração do trabalho nas colônias americanas, em suas variadas formas, com a formação do capitalismo enquanto novo sistema econômico que passaria a vigorar. É possível afirmar que foi a posição econômica favorável que a Europa Ocidental conquistou por meio dos lucros advindos da exploração de ouro, prata e de outros itens extraídos gratuitamente por meio da força física dos índios, dos negros e dos mestiços explorados, que possibilitou sua disputa pelo controle do comércio mundial (QUIJANO, 2005, p. 119).

Embora formas de trabalho como a escravidão e a servidão sejam concebidas pelo pensamento hegemônico como pré-capitalistas, inegável é que foi por meio da exploração dessas formas de trabalho na América que a Europa logrou estabelecer-se enquanto eixo central do mercado mundial e centro do capitalismo, ou mesmo um capitalismo de acumulação primária, já que as mercadorias produzidas para o mercado mundial foram fabricadas por meio da escravidão e da servidão (seja no regime da encomienda, mita ou outras formas não noemadas de violência exploratória da força física). Não há, pois, como dissociar tais processos. (QUIJANO, 2005, p. 126)

Sob a mesma perspectiva, Enrique Dussel também vislumbra a conquista da América como o fator que possibilitou diretamente, devido ao lucro advindo das riquezas exploradas e da ampliação territorial, o nascimento do capitalismo mercantilista e suas fases posteriores:

Se é verdade que antes de 1492 ‘já tinha sido inaugurado na Europa’ alguma forma de produção que posteriormente subsumirá no sistema capitalista, é só pela abertura ao Atlântico e pela acumulação primitiva que vem da América Latina que nasce o capitalismo como tal. Quer dizer, essa acumulação e a ampliação territorial, populacional e de riqueza mineradora obtidas na América não produzirão simplesmente

‘o capitalismo industrial séculos mais tarde’, mas possibilitarão o surgimento ipso facto do capitalismo mercantilista, ou seja, o capitalismo enquanto tal (e também posteriormente condicionarão o desenvolvimento do capitalismo industrial, imperial e transnacional). (DUSSEL, 2014, p. 534-532)

Na mesma senda, o economista Theotônio dos Santos argumenta que é impossível desassociar as formas de trabalho servil e escravocrata empreendidas no lado latino do mundo com o processo de acumulação do capital e desenvolvimento do capitalismo a nível mundial:

A América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada com modo de produção feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte pois de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital mercantil financeiro em pleno processo de acumulação. (SANTOS, 1998, p. 24-25)

É por meio da compreensão de que o capitalismo, enquanto articulação de um padrão de poder mundial, surgiu a partir da América, que se pode afirmar, consoante com Aníbal Quijano que “[...] o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 120). Em outras palavras, o capitalismo somente conseguiu se consolidar enquanto novo modelo econômico mundial – em que pese tenha reflexos que transcendam a esfera da economia – e a Europa se assentar como centro do mercado mundial, devido a colonialidade do poder e, mais precisamente, à exploração e dominação da América.

Sendo assim, a discussão sobre o lugar que a América Latina ocupa hoje no sistema-mundo perpassa pela análise conjunta dos fenômenos da colonialidade do poder, do capitalismo e do eurocentrismo, eixos desarticuláveis.

### **3. A dependência dos Estados latino-americanos: uma explicação sobre o lugar da América Latina no cenário do capitalismo global**

A categoria da dependência auxilia no complexo intento de compreender/explicar o lugar geopolítico que a América Latina ocupa no cenário mundial. Ela é útil na medida em que propõe que “[...] não há como compreender, separadamente, o fenômeno da colonialidade e do poder capitalista mundial” (QUIJANO, 2005, p. 120).

Aníbal Quijano vai além e afirma, em entrevista concedida à Nora Velarde, que “*la modernidad, el capital y América Latina nacen el mismo día*” (1991), isto é, é a partir da relação estabelecida com a conquista da América Latina que desdobram-se os fenômenos da modernidade e do capital. É dizer, é a América que inventa a Europa, e não o contrário, pois molda o espírito da modernidade, e inventa a Europa para além do sentido de que os metais e riquezas extraídas da América constituíram a base para acumulação do capital, mas também na acepção da criação da subjetividade moderna e de sua dimensão intersubjetiva (SEGATO, 2013, p. 44).

No artigo conjunto escrito por Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein, os autores retomam essa ideia – a de que a América que inventou a modernidade e o capitalismo. Discorrem:

El moderno sistema mundial nació a lo largo del siglo XVI. América – como entidad geosocial- nació a lo largo del siglo XVI. La creación de esta entidad geosocial, América, fue el acto constitutivo del moderno sistema mundial. América no se incorporó en una ya existente economía-mundo capitalista. Una economía-mundo capitalista no hubiera tenido lugar sin América. (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 583)

As categorias da dependência e da colonialidade, portanto, propõe uma dupla mirada que é complementar: da especificidade – pois parte da América Latina – e da generalidade – com vistas no cenário mundial. A compreensão do fenômeno da dependência contribui para o entendimento de que, em que pese as especificidades próprias da região, que devem ser indubitavelmente consideradas e valoradas, a América Latina está imbrincada num processo geral, global. Tal olhar permite dimensionar não somente a posição simbólica que ocupa a América Latina, mas também sua relação estrutural com o sistema mundial capitalista.

Cumprir agregar que Rita Segato aponta que apenas quatro teorias latino-americanas foram capazes de romper a barreira que divide o mundo geopoliticamente entre Norte e Sul global, sendo elas a Teologia da Libertação, a Pedagogia do Oprimido, a Teoria da Marginalidade, que dá origem à Teoria da Dependência, e a Colonialidade do Poder (SEGATO, 2013, p. 35).

Nesse ponto, importa fazer um breve recorrido sobre a evolução da literatura produzida no continente quanto às explicações da situação de subdesenvolvimento da América Latina em relação ao centro do mundo. Nos cenários pós-guerras (Primeira e a Segunda Guerra Mundial

e a Guerra Fria), as ciências sociais passam a refletir criticamente sobre a tese oficial da “modernidade”, e formulou-se a alcunhada teoria do desenvolvimento, que “[...] buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade” (SANTOS, 1998, p. 11).

No entanto, “[...] era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmara nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio política a conquistar” (SANTOS, 1998, p. 11), é dizer, perpetuou uma visão arraigada de colonialidade, classificando todas as sociedades pré-capitalistas como tradicionais.

Até o início da década de 1960, as teorias dominantes das ciências sociais propunham que o “atraso” dos países subdesenvolvidos dava-se devido aos obstáculos impostos por uma modernização incompleta. No entanto, a experiência mundial demonstrou a incapacidade de se produzir experiências de real desenvolvimento nas ex-colônias, mesmo nos casos em que havia uma taxa de crescimento econômico elevada, como é o caso dos países da América Latina. Isso porque tais países eram dependentes econômica e politicamente dos ditos países de primeiro mundo (SANTOS, 1998, p. 15-16). A partir deste quadro, buscaram-se novos rumos teóricos com o escopo de desvendar a persistência da situação de dependência, e é neste cenário que gesta-se a teoria da dependência, na América Latina, a partir da década de 1960, tentando “[...] explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado de fato em 1930-45” (SANTOS, 1998, p. 17).

Inicialmente, cumpre pontuar que com o fim da 2ª Guerra Mundial, constituem-se dois blocos hegemônicos: o bloco socialista, liderado pela URSS e o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos. A partir de 1945, com a conquista da hegemonia do bloco capitalista, os Estados Unidos criam as condições, devido às consequências da guerra, para integrar mundialmente este bloco (BAMBIRRA, 2012, p. 121). A guerra foi extremamente lucrativa para os Estados Unidos, decorrente da alta demanda de armamentos bélicos, e por não terem sofrido as consequências da guerra em seus territórios, ou seja, suportaram apenas os *bônus* da guerra (BAMBIRRA, 2012, p. 121-122). Com a demanda advinda da guerra, a produtividade dos Estados Unidos se expandiu exponencialmente, e tornou-se muito superior à dos seus aliados, o que foi determinante para que o país se projetasse enquanto o novo eixo do poder capitalista mundial, espaço até então ocupado pela Europa Ocidental.

Em meio a este contexto, é necessário compreender as mudanças geradas no sistema capitalista mundial, capitaneadas pelos países do centro econômico hegemônico, que afetaram diretamente as economias latino-americanas (BAMBIRRA, 2012, p. 124).

Segundo Waldo Ansaldi e Verónica Giordano, é possível classificar, numa perspectiva sócio-histórica, que a América Latina, após os processos de independência, vivenciou três padrões de acumulação, compreendidos entre o final do século de XIX e a atualidade, sendo eles o de exportação primária (a partir do século XIX), o de industrialização substitutiva de importação (visualizado a partir da década de 1930) e o transnacional (concebido a partir da década de 1980) (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 54).

A partir da década de 1930, iniciou-se um processo de industrialização nos países da região, que passaram a substituir os produtos até então importados pelos de produção nacional. Mesmo com o processo de industrialização iniciados nos países dependentes e ex-colônias, estes não alcançaram um grau de desenvolvimento, o que, conforme Theotônio dos Santos, abriu “[...] o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento”. (SANTOS, 1998, p. 17)

Assim, em que pese a industrialização tardia dos países dependentes, entre as décadas de 1930 e 1940, tenha servido de sustentáculo para o desenvolvimento industrial do pós-guerra (SANTOS, 1998, p. 17), os reflexos deste desenvolvimento não foram igualmente visualizados nos países que o empreenderam, o que demonstra a continuidade do nexos colonial e, ademais, faz com que caia em descrédito a tese de que o subdesenvolvimento explica-se somente pela falta de desenvolvimento. O desenvolvimento na América Latina foi um processo iniciado tardiamente, se comparado com o que se ocorreu em outras regiões do globo, e possuía – e ainda possui – claras limitações. Limitações estas que são próprias de “[...] um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (SANTOS, 1998, p. 18).

Ademais, a industrialização tardia que ocorreu nos países latino-americanos, possui outra peculiaridade: o processo de industrialização não atendeu aos interesses do povo em geral, e obedeceu aos privilégios da burguesia branca que importava bens ostentosos. Não serviu para produzir bens que atendessem as necessidades imediatas da população em geral, mas especializou-se em produzir bens que outrora eram importados. Pode-se ilustrar, nesse sentido, a instalação de montadoras de carro e a criação da indústria automobilística no Brasil, entre a década de 1930 e 1950, num momento histórico em que a maioria da população vivia no meio rural e não possuía condições que adquirir um veículo. A tardia e dependente industrialização vivenciada inicialmente serviu, portanto, para “[...] a substituição dos bens importados para o

consumo ostentador dos senhores e dos pequenos grupos médios associados a eles, por produtos locais destinados a esse consumo.” (QUIJANO, 2005, p. 135)

Nesta linha, segue-se com Aníbal Quijano, que estabelece com primor a relação entre a colonialidade do poder e a dependência (econômica, política, cultural) das elites nacionais latino-americanas, o que acarreta diretamente a dependência dos países. Quijano explicita que, devido à colonialidade do poder que introjetou-se no imaginário das elites dos países dominados, tais setores creiam que seus interesses eram idênticos aos das elites europeia e norte-americana e, por isso, não possuíam um plano real de desenvolvimento nacional autônomo, limitando-se, na maior parte das vezes, a uma postura de mimetismo em relação ao que era produzido e consumido nos países do centro global.

A dependência dos capitalistas senhoriais desses países tinha como consequência uma fonte inescapável: a colonialidade de seu poder levava-os a perceber seus interesses sociais como iguais aos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos. Essa mesma colonialidade do poder impedia-os, no entanto, de desenvolver realmente seus interesses sociais na mesma direção que os de seus pares europeus, isto é, transformar capital comercial (benefício igualmente produzido na escravidão, na servidão, ou na reciprocidade) em capital industrial, já que isso implicava libertar índios servos e escravos negros e transformá-los em trabalhadores assalariados. Por razões óbvias, os dominadores coloniais dos novos Estados independentes, em especial na América do Sul depois da crise de fins do século XVIII, não podiam ser nada além de sócios menores da burguesia europeia. [...] Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, o que teria incluído o assalariado, já que nenhum mercado local era de interesse dos dominadores. Não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional. (QUIJANO, 2005, p. 135)

A partir da década de 1950, o capital estrangeiro, em especial dos Estados Unidos, passa a inserir-se no setor manufatureiro dos países dependentes. Tal processo acarreta uma série de consequências, entre elas: o capital estrangeiro passa a controlar e dominar os novos setores produtivos; há uma intensificação dos monopólios, com as grandes empresas instalando-se e incorporando as empresas nacionais/menores; a propriedade privada dos meios de produção passa a estar cada vez mais estrangeirizada; e ocorre um intenso alinhamento entre os interesses das empresas estrangeiras com os interesses das elites locais, articulação esta que traz reflexos na elaboração das políticas econômicas nacionais, ocasionando uma integração com a política que os Estados Unidos projeta para os países latino-americanos – integração esta

que transcende o âmbito econômico, afetando também o plano militar (BAMBIRRA, 2012, 126).

Assim, ao contrário do que sustentava a teoria do desenvolvimento, o crescimento industrial na América Latina não acarretou a transição destes países para o campo dos desenvolvidos (SANTOS, 1998, p. 31), o que se verificou, na realidade, foi o agravamento das contradições do sistema e desigualdades dos países periféricos para com os do centro do mundo.

O desenvolvimento econômico da região, que já era “dependente, concentrador e excludente” (SANTOS, 1998, p. 30) viu tais características acentuarem-se, a partir da década de 1980, no contexto do início do fenômeno da globalização e da transição para o capitalismo financeiro. É neste mesmo momento histórico que tem início o endividamento dos países com o pagamento de exacerbatas dívidas externas e o alargamento das privatizações no cenário latino-americano, na década de 1990, sob a influência do Consenso de Washington (SANTOS, 1998, p. 30-31).

Neste cenário, se verifica a adoção de medidas que facilitam a entrada do capital estrangeiro na economia latino-americana, bem como os países da região passam a aplicar orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) no que concerne a seu comportamento econômico, e se alinhar à política externa estadunidense, por meio da Organização dos Estados Americanos (OEA), que buscava, entre outros objetivos, a implementação, sem oposição, da política imperialista em todo o continente (BAMBIRRA, 2012, p. 126-127). O Estado latino-americano, portanto, tem seu lugar reafirmado enquanto dependente e torna-se refém do capitalismo internacional financeiro:

O Estado se converte em prisioneiro do capital financeiro, afogado por uma dívida pública em crescimento exponencial, cujo serviço não deixa mais nenhum espaço para o investimento estatal, e também, cada vez menos para as políticas sociais. [...] Não há dinheiro para ninguém mais - a fome do capital financeiro é insaciável.” (SANTOS, 1998, p. 32-33)

Outro ponto que merece destaque, em termos de dependência e economia latino-americana, especialmente a partir do final do século XX, é a parte expressiva do saldo econômico dos países da região ser oriundo da exportação de *commodities*. Nestes termos, pode-se assinalar a continuidade da lógica colonial de os países da região serem, desde os primórdios da conquista, exportadores de matéria prima para os centros hegemônicos de poder.

Com a virada para o século XXI, pouco modificou-se estruturalmente no que tangencia à condição de dependência dos Estados na América Latina. Apenas no que diz respeito ao ciclo das *commodities*, cita-se o relatório *State of Commodities Dependence 2016*<sup>7</sup> elaborado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que avaliou a dependência dos países quanto à exportação de *commodities*, comparando o período compreendido entre os biênios de 2009-2010 e 2014-2015. A UNCTAD classifica um país como dependente de *commodities* quando mais de 60% das exportações for correspondente a venda de bens primários.

Em relação aos países da América Latina, 63% de todas as mercadorias exportadas pelo Brasil são *commodities*, enquanto Bolívia atinge a cifra de 95%, Chile 86% e Venezuela 92% (UNCTAD, 2017, p. 138). Por sua vez, quanto ao saldo econômico, o relatório aponta que durante o período de 2014-2015, por exemplo, 6,5% do PIB brasileiro originou-se da exportação de *commodities*, que geraram 132 bilhões de dólares de receita (UNCTAD, 2017, p. 141). Além disso, o relatório também apontou que o país que mais importa *commodities* do Brasil é a China (UNCTAD, 2017, p. 141), o que demonstra uma significativa mudança em termos de comércio internacional e geopolítica, uma vez que a China vem se estabelecendo como um novo centro de poder dentro da hierarquia global (KATZ, 2018, p. 330).

Em que pese o saldo econômico positivo que o ciclo das *commodities* trouxe à região e, especialmente, ao Brasil, insta problematizar a dependência que tal modelo econômico perpetua, uma vez que mantêm os países exportadores diretamente dependentes do mercado internacional e da prosperidade dos países que importam os bens primários latino-americanos. Importante ponderação faz a economista Laura Carvalho, ao comentar o caso brasileiro, pontuando que “também ficou claro que o modelo baseado na exportação de *commodities* e de produtos agroindustriais, além do enorme custo ambiental, deixa o país refém da conjuntura internacional e de preços demasiadamente voláteis” (2018, p. 178).

O argentino Claudio Katz (2018, p. 315-316) também escreve sobre o ciclo econômico latino-americano baseado em um modelo de extrativismo exportador e discorre sobre o impacto na economia interna dos países:

La tecnificación y capitalización del agro han introducido importantes cambios en la economía latinoamericana. El agrobusiness reforzó la gravitación de los cultivos orientados por la demanda externa en

---

<sup>7</sup> O Estado da Dependência das Commodities 2016, em tradução livre.

desmedro del abastecimiento local. [...] Ese modelo de extractivismo exportador refuerza la preeminencia de las actividades primarias, a costa de la producción manufacturera centrada en el mercado interno. [...] El modelo actual acentúa la atadura de todas las economías al vaivén internacional de precios de las materias primas y torna más volátil el nivel de actividad. El PIB de Argentina, por ejemplo, se contrajo y expandió significativamente en 12 oportunidades en los últimos treinta y cinco años. El mismo vaivén presentó en Brasil una intensidad inferior.

Isto é, urge repensar a perpetuação de um modelo econômico que, além de manter os países submissos e vinculados à volatilidade do mercado internacional financeirizado, traz impactos significativos em termos ambientais e ecológicos, pois se alicerça no extrativismo, o que permite a manutenção da colonialidade do poder por meio da contínua e constante exploração das riquezas naturais dos países, que são vendidas como matéria-prima aos mercados consumidores.

No início do milênio, também verificou-se a ascensão de governos de cunho popular em todo o continente, o que apontou para uma guinada progressista no setor econômico e social. Pontua-se que a ascensão de líderes mais populares não foi espontânea, senão que foi resultado de resistência e processos de lutas populares. Onde há exploração, há, também, resistência: “em momentos de crise [...] o grande sinal de insurgência se percebe pela resistência popular” (PAZELLO, 2014, p. 337). De grande destaque são as lutas empreendidas pelos povos indígenas contra os avanços do neoliberalismo. Pode-se citar, especialmente, os casos do Equador e da Bolívia<sup>8</sup>, cujos processos de luta culminaram na edição de constituições inovadoras (WOLKMER, MACHADO, 2013, p. 336) do ponto de vista jurídico e político, por constitucionalizarem e reconhecerem direitos, como a natureza enquanto sujeito de direito e o pluralismo jurídico (YRIGOYEN FAJARDO, 2011, p. 149), até então ignorados pela ordem estatal vigente. Muito embora os logros destes processos tenham sido limitados, inclusive por empreenderem-se dentro da lógica institucionalizada, o que por si só obstaculiza o alcance do projeto de transformação, merecem nota, uma vez que significaram, dentro do contexto latino-americano, uma tímida ruptura institucional.

---

<sup>8</sup> No contexto boliviano, destaca-se a Guerra da Água e do Gás, processos de mobilizações populares que pautaram a nacionalização da gestão dos recursos naturais e a exigência de direta participação da população na tomada política de decisões. Destas mobilizações, surgiu entre as demandas populares a idéia de realização de uma Assembleia Constituinte, que resultou na Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia de 2009 (MACHADO, 2012, p. 99-101.)

Assim, quanto aos governos latino-americanos do período vivenciado a partir dos anos 2000, em que pese seus logros tenham sido relevantes e culminado na criação de políticas públicas cujos efeitos foram significativos, em especial para as populações de baixa renda, tais mudanças não implicaram em uma mudança estrutural do funcionamento institucional do sistema. Em outras palavras, significa dizer que, por mais importantes que tenham sido estas políticas, por não terem operado num sentido estrutural - por limitações, inclusive, advindas da colonialidade do poder e da situação de dependência que perdura -, são frágeis e podem ser facilmente revertidas, já que sua continuidade depende dos interesses que guiam a ação dos governantes. Em menos de duas décadas do século XXI, tudo nos leva a crer que, ao menos por ora, caminha-se para o fim desse ciclo de cunho mais progressista, com o retorno ao poder das oligarquias que sempre o ocuparam.

Todo esse processo, evidentemente, não passa alheio às influências do capital externo e das grandes potências mundiais. Organismos internacionais, tais quais o FMI e o Banco Mundial, indiscutivelmente seguem interferindo no que acontece na América Latina, exercendo gerência na democracia, na política econômica adotada e em toda sorte de relações sociais. Segue, portanto, vigorando a dependência dos Estados latino-americanos e a colonialidade do poder influenciando, há séculos, na conformação sócio-política da América Latina.

## **Conclusão**

Este ensaio se propôs a fazer uma reflexão das relações estabelecidas entre as categorias da colonialidade do poder e da dependência político-econômica, aplicando-as à realidade dos Estados latino-americanos. Ante a complexidade do estudo, impõe-se uma contínua análise, que seja crítica e propositiva, dos fenômenos sócio-históricos que ocorrem nesta latitude. Uma investigação do panorama atual aponta para a persistência do nexos colonial e para o diagnóstico da dependência da América Latina para com os centros de poder mundial, especialmente os Estados Unidos da América e as economias hegemônicas da União Europeia.

Com vistas a esse horizonte, é importante que haja uma compreensão de que, embora desalentadora, a realidade atual não é imutável e só será modificada mediante o desenvolvimento de estratégias factíveis que levem em consideração tanto as especificidades do contexto latino-americano, quanto a realidade estrutural do padrão mundial de poder capitalista.

Nesse sentido:

No obstante su condición de capitalistas, las sociedades latinoamericanas no solo se encuentran en un nivel menos desarrollado, sino que son dependientes. La situación de dependencia no es un dato trivial: en nuestras sociedades, las relaciones entre las clases sociales están limitadas y mediadas por las relaciones de dependencia; pero, a su vez, estas no son algo dado sin una construcción histórica, por lo tanto, cambiante. (ANSALDI, GIORDANO, Verónica, 2012 p. 28)

É, portanto, com a percepção de que a dependência e a persistência da colonialidade no cenário latino-americano não é algo natural e imutável, mas sim o resultado de uma construção sócio-histórica derivada de inúmeras variáveis e passível de ser modificada, que devem ter continuidade os estudos referentes à temática.

### Referências

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. **América Latina, la construcción del orden:** de la colonia a la disolución de la dominación oligárquica. Buenos Aires: Ariel, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2012.

BERCOVICI, Gilberto. Teoria do Estado e teoria da Constituição na periferia do capitalismo: breves indagações críticas. **Diálogos Constitucionais:** Brasil/Portugal. Rio de Janeiro: Renovar, p. 263-290, 2004.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira:** Do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de política.** 1º Edição. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política de la liberación.** Madrid: Editorial Trotta, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política da libertação.** História mundial e crítica. Trad. Paulo César Carbonari (Coord.) et al. Passo Fundo: IFIBE, v. 1, 2014.

KATZ, Claudio. **La teoría de la dependência, cincuenta años después**. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2018.

MACHADO, Lucas. Reflexiones sobre el proceso constituyente boliviano y el nuevo constitucionalismo sudamericano. Redhes: **Revista de Derechos Humanos y Estudios sociales**, San Luis de Potosí, v. 7, n. 1, p.93-110, jun. 2012. Semestral.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **O Direito Insurgente e os Movimentos Populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista do direito**. 2014. 545p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectiva**. Niterói: [s.n.], 1998. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwr0dXSXZZb2trYjQ/view>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. In: **Sociología y Subdesarrollo**. México: Nuestro Tiempo, 1981, pp. 15-84. Disponível em: <<http://seminario7tesis.colmex.mx/images/pdf/stavenhagen-siete.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

\_\_\_\_\_. La modernidad, el capital y América Latina nacen el mismo día. Entrevista concedida a Nora Velarde. **ILLA – Revista del Centro de Educación y Cultura**, n. 10. 1991, pp. 42-57.

\_\_\_\_\_; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno Sistema Mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**. América: 1492-1992 – Trayectorias históricas y elementos del desarrollo. Vol. XLIV, no. 4, 1992, pp. 583-591.

UNCTAD. Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento. **State of Commodities Dependence - 2016**. 2017. Disponível em: <<http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2017d2.pdf>>. Acesso: 24 set. 2018.

VILLORO, Luis. **Estado plural, pluralidad de culturas**. México: Paidós, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistema-mundo**: una introducción. México: Siglo XXI, 2005.

WOLKMER, Antônio Carlos. Repensando a questão da historicidade do Estado e do Direito na América Latina. **Revista Panóptica**, v. 1, n. 4, p. 82-95, 2006.

\_\_\_\_\_; MACHADO, Lucas. Para um novo paradigma de Estado plurinacional na América Latina. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, v. 18, n. 2, p.329-342, ago. 2013. Trimestral. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4683/2595>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

YRIGOYEN FAJARDO, Raquel. El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización. Em: GARAVITO, César Rodríguez (coordinador): **El derecho en América Latina**: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.